



PENSANDO ÁFRICAS
E SUAS DIÁSPORAS
NEABI – UFOP

Pensando Áfricas e suas diásporas

www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricanas

NEABI-UFOP – Mariana - MG

Vol. 01 N. 01 – jan/jun 2015

Anais do III Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas - parte 1

A construção de identidades dos alunos oriundos da colônia quilombola sutil (Ponta Grossa/PR) tendo em vista a relevância da diáspora africana no Brasil

Evelise dos Santos do Nascimento*

Resumo: Entendemos que o combate ao racismo deve ter como foco principal a compreensão, por parte dos racistas, de como e porque ocorreu a vinda dos negros africanos para o Brasil e quais os reflexos que todo esse processo teve na vida dos atuais descendentes de escravos brasileiros, o que resultou na política de cotas universitárias, alvo de inúmeras críticas. Partindo desse pressuposto, nossa proposta é estudar como se dá a construção da identidade dos alunos oriundos da Colônia Quilombola Sutil (Ponta Grossa/PR), a fim de compreender como o preconceito afeta suas vidas e se estes estão conscientes de sua importância para a sociedade. Sendo assim, o interesse para essa pesquisa partiu da necessidade de discussão sobre a construção de identidade do negro atendendo ao exigido pela lei nº 10.639/2003. Em nosso trabalho, desejamos pensar a linguagem e os métodos de ensino utilizados na abordagem do tema relacionado aos negros na escola, bem como a construção dos conhecimentos por parte dos alunos da escola em que desenvolvemos nossa pesquisa, dentro da sociedade da Colônia Quilombola Sutil (Ponta Grossa/PR) à qual este trabalho está vinculado. Teoricamente, nosso trabalho está embasado em autores como Muniz (2010), Fernandes (2008), Rajagopalan (1998), Munanga (2005), Calvet (2007) dentre outros. Nosso objetivo principal é o de proporcionar aos participantes da pesquisa (membros da Colônia Sutil) uma oportunidade de refletir sobre o seu papel na sociedade, promovendo encontros durante a nossa pesquisa com a finalidade de proporcionar momentos de reflexão que promovam um resgate da cultura da colônia. Junto à escola investigaremos o que os alunos oriundos da Colônia Sutil pensam a respeito da política de reserva de vagas destinadas aos negros na universidade e em concursos públicos, por exemplo. Da mesma forma, desejamos acompanhar os professores da escola no sentido de que estes aprimorem seus trabalhos relacionados à cultura afro, de modo a perceber se o trabalho que já realizam, no caso dessa hipótese se confirmar, está de acordo com os anseios da comunidade. O trabalho dar-se-á por meio da realização tanto de investigação, quanto de intervenção dentro da comunidade citada, intervenção esta que está baseada nos princípios da pesquisa qualitativa do tipo etnográfico, pois segundo André (1995) “a etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade”, uma vez que esse é o nosso objetivo: compreender o comportamento e a relação daquele povo com a cultura que trazem e de que forma isso reflète na sociedade em que vivem.

Palavras-chave: Lei Federal nº 10.639/2003; Etnia; Formação de professores.

Resumen: Entendemos que la lucha contra el racismo debe centrarse principalmente en la comprensión, por parte de los racistas, de cómo y por qué vinieron para el Brasil los negros africanos y cuáles son las repercusiones que este proceso tuvo en la vida de los descendientes actuales de los esclavos brasileños, que dio lugar a la política de cuotas universitarias, la clave de numerosas críticas. Con base en este supuesto, nuestra

* Mestranda em Linguagem, Identidade e Subjetividade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Email: evelise2007@gmail.com

propuesta es estudiar cómo la construcción de la identidad de los estudiantes de la Sutil Colonia Quilombolas (Ponta Grossa / PR) con el fin de entender cómo el perjuicio sufrido afecte a sus vidas, y si son conscientes de su importancia para la sociedad. Por lo tanto, el interés de esta investigación provino de la necesidad de un debate sobre la construcción de la identidad del negro debido a la requerida por la ley n ° 10.639/2003. En nuestro trabajo, queremos reflexionar sobre el lenguaje y los métodos de enseñanza utilizados en abordar el tema relacionado con los negros en la escuela, así como la construcción de conocimientos por los alumnos de la escuela en la que desarrollamos nuestra investigación dentro de la sociedad Colonia Quilombolas Sutil (Ponta Grossa / PR) en la cual este trabajo está vinculado. En teoría, nuestro trabajo se basa en autores como Muniz (2010), Fernandes (2008), Rajagopalan (1998), Munanga (2005), Calvet (2007), entre otros. Nuestro objetivo principal es proporcionar a los participantes de la investigación (los miembros de la colonia Sutil) la oportunidad de reflexionar sobre su papel en la sociedad, promoviendo reuniones durante nuestra investigación con el fin de proporcionar momentos de reflexión que promuevan una cultura del rescate en la colonia. Al lado de la escuela investigará como los estudiantes de la Sutil Colonia piensan sobre la política de cuotas para negros en las universidades y los contratos públicos, por ejemplo. Del mismo modo, queremos seguir los maestros de escuela en el sentido de que mejoren su trabajo relacionado con la cultura africana a fin de comprender si el trabajo ya realizado, si esta hipótesis se confirma, es coherente con los deseos de la comunidad. El trabajo se llevará realizando mucha investigación como la intervención citada en la comunidad, que esta intervención se basa en los principios de la investigación cualitativa etnográfica, ya que, según Andrew (1995) "La etnografía es un esquema de investigación desarrollada por los antropólogos para estudiar la cultura y la sociedad ", ya que este es nuestro objetivo: comprender el comportamiento y la relación con la cultura que traen y cómo eso se refleja en la sociedad en que viven.

Palavras-clave: Ley Federal N° 10.639/2003; Etnia; Formación de Profesores.

1. Introdução

O interesse para essa pesquisa partiu da necessidade de discussão sobre a construção de identidade do negro e a lei n° 10.639/2003.

Em nosso trabalho desejamos pensar a linguagem e os métodos de ensino utilizados na abordagem do tema relacionado aos negros na escola, bem como a recepção e posterior transmissão dos conhecimentos adquiridos por parte dos alunos da escola pesquisada, dentro da sociedade da colônia ao qual este trabalho está vinculado.

Como cidadã, professora de línguas e acima de tudo como afrodescendente, acredito no papel que nos cabe, de resgatar e trabalhar questões acerca da construção da nossa identidade negra, assim como as crenças e atitudes e os processos de transformação na construção da identidade dos alunos moradores de colônias quilombolas diante a sociedade de um modo geral. Neste sentido, sabemos da importância que a escola tem e que deve assumir no tratamento de assuntos relacionados às questões como as que ansiamos tratar durante o desenvolvimento do nosso trabalho.

Pretendemos pesquisar o papel que o aluno morador da Colônia Quilombola Sutil, localizada na estrada que liga a cidade de Ponta Grossa (PR) à cidade de Palmeira (PR), na PR 151, exerce na sociedade ponta – grosense; se ele está consciente da sua importância na construção da identidade desta sociedade da qual faz parte; e como ocorre o processo de

[48/59]

A construção de identidades dos alunos oriundos da colônia quilombola sutil (Ponta Grossa/PR) tendo em vista a relevância da diáspora africana no Brasil • NASCIMENTO; Evelise dos Santos do.

construção de identidade desses estudantes. Desejamos investigar também a linguagem trabalhada com esses alunos na escola frequentada por eles, e se essa aprendizagem está de acordo com a lei Federal nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira assim como a africana nas escolas públicas e privadas do país.

A existência do preconceito racial está muito viva apesar de passados 124 anos da abolição da escravatura. Convém ponderar que trabalhos com a iniciativa aqui proposta serão sempre muito bem vindos no meio acadêmico, já que temos o privilégio de poder argumentar, pesquisar sobre assuntos desta natureza. São temas que muitas vezes doem, já que traz marcas profundas de nossos antepassados, mas que temos que trabalhá-los para que o sofrimento causado a esses nossos parentes não caia no esquecimento e que o sonho de abolir de uma vez por todas o preconceito ao qual somos expostos, se realize. Mesmo que a passos lentos, que nunca se deixe apagar esse marco da nossa cultura: que o negro passe a se orgulhar cada vez mais de sua raça e de sua cor, já que compõe uma parte importante da miscigenação da raça brasileira e que com isso busque sem medo a igualdade, pois notoriamente somos privados de determinados benefícios por causa de nossa cor, como afirma Fernandes (2008), “mesmo depois de melhorar sua situação econômica e sua educação, o “negro” vacila antes de tentar um novo estilo de vida e de relações com os “brancos”. Vence as hesitações e afronta o medo de ser repudiado. Nesse momento, descobre que “a cor é uma barreira” (p. 445).

2. Identidade

Neste capítulo, mostraremos o referencial teórico relativo à construção de identidade pesquisado até o momento que servem de apoio à nossa pesquisa.

Sabendo que o Brasil é um país racista e que, como afirma Munanga,

a primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade, a despeito das diferenças com outras sociedades ideologicamente apontadas como as mais racistas (por exemplo, Estados Unidos e África do Sul), é também racista (p. 18)

entendemos ainda a relevância de nosso trabalho, já que conforme Cardoso (apud Munanga 2005):

não há preconceito racial que resista à luz do conhecimento e do estudo objetivo. Neste, como em tantos outros assuntos, o saber é o melhor remédio. Não era por acaso que o nazifacismo queimava livros” (p. 9)

Daí a relevância da linguagem, das políticas educacionais e lingüísticas presentes em nosso trabalho.

[49/59]

A construção de identidades dos alunos oriundos da colônia quilombola sutil (Ponta Grossa/PR) tendo em vista a relevância da diáspora africana no Brasil • NASCIMENTO; Evelise dos Santos do.

Enfatizamos, o Brasil é sim um país racista, onde poucos negros têm oportunidades, e se isso está mudando é devido às leis implantadas que reconhecem a contribuição do negro para a construção deste país, como defende o Estatuto da Igualdade Racial: “do mesmo modo reiteramos com consistência a idéia da compensação econômica aos remanescentes dos quilombos por injustiças sofridas” (EIR, p. 29). Temas como este estão causando debates fervorosos de posições contrárias a essas políticas, mas que reconhecemos como legítimas e de extrema importância, já que nunca na história do país houve alguma tentativa de reconhecer que a escravidão sempre foi um ato animalesco e que merece reparação. O discurso de igualdade sempre aparece nessas horas. Porém, como nosso intuito nesse trabalho não é discutir as cotas, apenas mencionamos a fim de demonstrar nossa posição.

Entendendo que a identidade é resultado das relações do sujeito com o meio social no qual está inserido, especificamente no que diz respeito ao debate sobre identidade negra, partimos do princípio de que “a linguagem gesta e mata a experiência da existência negra em nosso país” (MUNIZ, 2009, p. 101), contribuindo de maneira positiva ou negativa, ao nosso modo de entender, para o processo de construção de identidade do negro. Sendo assim, já que para Bakhtin, “o homem não pode ser explicado como fenômeno físico, como coisa, mas sendo pessoa, tem que ser compreendido em suas ações” (BAKHTIN apud FREITAS, 2005, p. 302), compreendemos que o racismo enfrentado pelo negro é resultado justamente dessas ações, das relações dialógicas, dentro das mais variadas configurações de linguagem, como nos fala Bakhtin:

o diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN, 2006, p. 125)

como a enfrentada pelo negro no seu cotidiano, por exemplo: se ele se retrai nas conversas, se ele se isola em uma comunidade, se o outro até mesmo se silencia diante dele, são relações dialógicas. Sabemos que existem inúmeros fatores para que os participantes da pesquisa optem pela vida em uma colônia, por exemplo, mas acreditamos que o dialogismo seja um dos fatores preponderantes para que esta decisão seja tomada para não sofrer nenhuma forma de preconceito prefiro viver no meu “mundo”, no meu lugar. Segundo Cardoso (2005),

a linguagem é uma das manifestações mais próprias de uma cultura. Longe de ser apenas um veículo de comunicação objetiva, ela dá testemunho das experiências acumuladas por um povo, de sua memória coletiva, seus valores. A linguagem não é só denotação, é também conotação. Nos meandros das palavras, das formas usuais de expressão, até mesmo nas figuras de linguagem, freqüentemente alojam-se, insidiosos, o preconceito e a atitude

[50/59]

A construção de identidades dos alunos oriundos da colônia quilombola sutil (Ponta Grossa/PR) tendo em vista a relevância da diáspora africana no Brasil • NASCIMENTO; Evelise dos Santos do.

discriminatória. Há palavras que fazem sofrer, porque se transformaram em códigos do ódio e da intolerância (MUNANGA, 2005, p. 9-10).

Neste sentido, diante da consideração que faz Bakhtin sobre alteridade, entendemos que “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (BAKHTIN, p. 115), talvez seja essa a razão pela qual atos de racismo na sua maioria sejam executados oralmente ou até mesmo quando os não-negros se silenciam diante do negro, ignorando a sua presença, fato que acaba constringendo tanto quanto um “tapa na cara”.

Cumpramos observar ainda, que, conforme Rajagopalan (1998), “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa e anterior e fora da língua” (p. 41). Nesse sentido, percebemos que assim como a formação da identidade do sujeito que é mutável, convém ressaltar que a política linguística da mesma maneira tende a se adequar e a mudar de acordo com a evolução e a construção da identidade das pessoas.

Não podemos esquecer que, assim como expõe Hall, as identidades estão se fragmentando, “as identidades modernas estão sendo descentradas, isto é, deslocadas ou fragmentadas” (p. 8) e, portanto, no que diz respeito à educação, está resultando em processos de democratização do ensino. Por exemplo, mais pessoas têm acesso à escola, são incentivadas a estudar, como o sistema de cotas nas universidades e concursos públicos, que fazem com que pais e mães negros tenham acesso ao estudo universitário ou até mesmo a uma escolaridade que lhes permita ascender a um nível social melhor do que o que seus pais não puderam ter e lhes oportunizar no momento ideal. Este processo é parte desse mundo moderno que está se delineando, as identidades anteriores estão sendo postas em xeque, pelo menos no que diz respeito às políticas. Não se aceita mais o racismo, preconceitos contra homossexuais, contra nenhum tipo de diferença, apesar de ainda existir no nosso cotidiano. De acordo com Hall, isso está acontecendo porque

a assim chamada ‘crise de identidade’ é vista como um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2005, p. 7).

Tanto que o Governo Federal reconhece a contribuição do negro para a construção de nosso país, e estabeleceu o Estatuto da Igualdade Racial, no ano de 2003, que afirma:

[51/59]

A construção de identidades dos alunos oriundos da colônia quilombola sutil (Ponta Grossa/PR) tendo em vista a relevância da diáspora africana no Brasil • NASCIMENTO; Evelise dos Santos do.

Não queremos a cultura afro-brasileira vista, sentida e experimentada somente nas práticas religiosas, música ou alimentação. Queremos a cultura do negro inserida nas escolas, no mercado de trabalho, nas universidades, pois o negro faz parte do povo brasileiro. Cultivar as raízes da nossa formação histórica evidentes na diversificação da composição étnica do povo é o caminho mais seguro para garantirmos a afirmação de nossa identidade nacional e preservarmos os valores culturais que conferem autenticidade e singularidade ao nosso País (EIR, 2003, p. 29).

Ainda dentro deste ponto de vista da educação, compreendemos em nosso trabalho que não devemos compactuar com materiais didáticos racistas, que contribuem para o fortalecimento do racismo. Não podemos aceitar que a escola, que é um lugar de construção de conhecimento, que interfere na construção da identidade de seus alunos, admita atitudes racistas e livros, enfim, materiais que trazem preconceitos raciais. Sobre isso, Cardoso nos fala que

é indispensável que os currículos e livros escolares estejam isentos de qualquer conteúdo racista ou de intolerância. Mais do que isso. É indispensável que reflitam, em sua plenitude, as contribuições dos diversos grupos étnicos para a formação da nação e da cultura brasileiras. Ignorar essas contribuições – ou não lhes dar o devido reconhecimento – é também uma forma de discriminação racial (apud MUNANGA, 2005, p. 10).

As Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná para a disciplina de Língua Portuguesa percebem a relevância da escola em assumir o seu papel de construtora de sujeitos e, portanto, de identidades plurais, afirmando que

a escola pública brasileira, nas últimas décadas, passou a atender um número cada vez maior de estudantes oriundos das classes populares. Ao assumir essa função, que historicamente justifica a existência da escola pública, intensificou-se a necessidade de discussões contínuas sobre o papel do ensino básico no projeto de sociedade que se quer para o país (DCEs – PR, 2008, p. 14).

Deste modo, já que as identidades se confrontam nas diferentes classes sociais como expõe Bakhtin nos estudos sobre o marxismo, constatamos que “as classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios” (2006, p. 45), deste modo, produzimos sentido de acordo com as nossas experiências de vida e de leitura, processo que ocorre na dinâmica da história, ao longo da formação do sujeito: “o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata” (idem, p. 45). Para o autor, “a palavra, como sabemos, reflete sutilmente as mais imperceptíveis alterações da existência social” (idem, p.45): nesse sentido, a diferença é importante para definir a identidade do sujeito, conforme Bakhtin. Diante desses signos linguísticos é que o negro sofre o preconceito: como as leis geralmente são decididas pelos não-negros, é evidente que os negros nunca têm voz, tanto é que foi somente sob forte pressão de movimentos negros brasileiros que leis como a 10.639/2003, que torna obrigatório

[52/59]

A construção de identidades dos alunos oriundos da colônia quilombola sutil (Ponta Grossa/PR) tendo em vista a relevância da diáspora africana no Brasil • NASCIMENTO; Evelise dos Santos do.

o ensino da cultura afro-brasileira assim como a africana nas escolas públicas e privadas do país, foram conquistadas.

A contribuição do negro para a sociedade, conforme a Lei nº 10.639/2003 está sendo debatida, mas ainda é um problema para uma boa parte de nossa sociedade negra que se sente excluída, já que, segundo Fernandes (2008, p. 445), “mesmo depois de melhorar sua situação econômica e sua educação, o negro vacila antes de tentar um novo estilo de vida e de relações com os brancos”. Percebemos que o negro, assim como o índio, tem um papel estigmatizado nos estudos realizados pelas escolas. É notório que no dia da abolição da escravatura, sempre foi mostrado para as crianças aquele negro com a corrente em seus pés ou mãos quebrada, ou ainda o negro sendo açoitado, ou seja, estereótipos racistas que não precisa ter muita idade para lembrar.

As escolas hoje, no meu ponto de vista, preferem não abordar o tema, já que a todo o momento todos se reprimem porque a lei não permite discriminação e os professores são os grandes responsáveis pela construção de identidade dos seus alunos e sabedores disso, não se sentem aptos a tratar do racismo. Apreendemos isso, nas palavras de Silva, que nos fala que, “o livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma maneira simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros” (Silva apud MUNANGA, 2005, p. 23).

Diante do referencial teórico que utilizamos neste trabalho, cremos na relevância de abordar esses assuntos visto que o Estatuto da Igualdade Racial afirma que

[...] a transformação da sociedade começa com uma legislação que defenda os direitos à cidadania igualitária sem qualquer subterfúgio e vá além dela, vá ao coração de cada cidadão na escola, nas universidades, no mercado de trabalho, nas ruas, na sociedade como um todo (EIR, 2003, p. 29).

Esses documentos reconhecem a importância de trabalhar para que estereótipos, preconceitos e racismo contra o negro sejam exterminados da nossa sociedade: em sua justificativa a favor deste reconhecimento, afirmam que “devido à grande importância deste projeto, particularmente no campo de resgate de cidadania a esta camada da população brasileira que muito contribuiu e contribui para o avanço desta nação e que muito pouco tem usufruído destes avanços” (EIR).

[53/59]

A construção de identidades dos alunos oriundos da colônia quilombola sutil (Ponta Grossa/PR) tendo em vista a relevância da diáspora africana no Brasil • NASCIMENTO; Evelise dos Santos do.

devido à grande importância deste projeto, particularmente no campo de resgate de cidadania a esta camada da população brasileira que muito contribuiu e contribui para o avanço desta nação e que muito pouco tem usufruído destes avanços” (EIR).

3. Políticas Linguísticas

Neste capítulo abordaremos nosso referencial teórico sobre Políticas Linguísticas: para isso, utilizaremos autores como Calvet, Oliveira, entre outros.

O Brasil é um país plurilíngue, como afirma Oliveira (2003), e nessas comunidades linguísticas se encaixam também as línguas faladas pelos quilombolas (OLIVEIRA, 2003). Apesar disso, não é interessante para os governos discutirem sobre isso, de acordo com Oliveira: continua-se a ignorar, deste modo, que “no Brasil de hoje são falados cerca de 210 idiomas” (2003, p. 7). Conforme o autor (2003), “as línguas africanas, embora formalmente extintas, sobrevivem no léxico e em práticas sociais diversificadas dos descendentes dos antigos escravos, o Brasil é, portanto, como a maioria dos países do mundo, plurilíngue e multicultural” (p. 7).

De acordo com Oliveira, as políticas linguísticas também dizem respeito ao plurilinguismo e a maneira como ele será administrado dentro de determinada nação, já que, como vimos ao longo de nosso estudo sobre as políticas linguísticas, oficialmente, não é fácil encontrar uma língua comum a todos, que todos se adaptem, que seja facilmente aceita.

Percebemos que, no Brasil, a constante presença de movimentos e discussões sociais, étnicas e outras questões de natureza semelhante fazem com que argumentos como o de que nosso país é plurilíngue seja mais bem aceito do que em outras épocas, mas mesmo assim, a grande maioria da população acredita que os brasileiros só falam português, uma única língua, sem nenhuma variedade (Oliveira apud CALVET). Daí a importância de se realizarem estudos como este, já que “Calvet define a linguística como o estudo das comunidades humanas através da língua” (p. 09).

Encontramos nas leituras de Calvet, que as políticas linguísticas são as decisões tomadas pelo poder público a fim de determinar como se efetivarão “as relações entre língua e sociedade” (p. 11), e que o planejamento linguístico é a “implementação” das decisões tomadas dentro das políticas linguísticas, portanto, relações de subordinação: deve-se aceitar a língua que o governo entende como única e que deve prevalecer.

A política linguística que Calvet chama de língua “in vitro” é intrínseca à língua viva ou “in vivo”, porque elas sempre irão coexistir, ou seja, mesmo que se imponha uma língua a um povo, sempre haverá as mesclas dentro das línguas. Já para Fishman (apud CALVET) “o planejamento linguístico é a aplicação de uma política linguística” (p. 15). Esses pares estarão sempre em relações de condicionamento e, de acordo com Calvet, essa é uma definição que se repetirá no decorrer dos estudos sobre políticas linguísticas.

Percebemos que segundo Calvet, às vezes as políticas linguísticas passam por cima de alguns conceitos, como o exemplo dos países da África do Norte mencionado por Calvet, “onde a língua nacional não é exatamente aquela falada pelo povo”: seria como estar alienado em relação aos interesses da maioria, ou como no caso da China, onde o idioma oficial é falado por 3% da população.

No que diz respeito às políticas linguísticas de acordo com Calvet (2007), que tratam do estudo da língua “in vivo”, onde os aspectos da língua viva serão discutidos, e a língua “in vitro” que aborda o planejamento que o Estado dá à língua, estas são fundamentais para nossa pesquisa, já que pretendemos estudar como ocorre a construção da identidade daqueles quilombolas residentes na Colônia Sutil e qual é o impacto que o estudo realizado na escola tem na vida das suas crianças. Consonante a isso, verificaremos se a linguagem trabalhada pelos professores condiz com a realidade desses estudantes, realidade de uma colônia que faz parte da história do povo brasileiro.

4. Considerações Metodológicas

Em nosso trabalho, a metodologia empregada é da pesquisa qualitativa do tipo etnográfico, com perspectiva intervencionista (ANDRÉ, 1995, p. 27), pois entendemos que exista uma influência mútua entre os estudantes da escola estadual Francisco Pires Machado e a comunidade Sutil, onde moram os participantes do nosso trabalho. Nesse caso, a pesquisadora pretende conviver junto com a comunidade, a fim de que, mesmo que já tenha uma vivência sobre o preconceito e o racismo, se envolva mais com o universo da comunidade e dos estudantes. O trabalho dar-se-á com a realização de investigação e de intervenção dentro da comunidade citada, intervenção esta que nos fornecerá subsídios etnográficos, pois segundo André (1995), “a etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade”, uma vez que esse é o nosso objetivo: observar o

[55/59]

A construção de identidades dos alunos oriundos da colônia quilombola sutil (Ponta Grossa/PR) tendo em vista a relevância da diáspora africana no Brasil • NASCIMENTO; Evelise dos Santos do.

comportamento e a relação daquele povo com a cultura que trazem e de que forma isso reflete na sociedade em que vivem e na construção de suas identidades.

Para Oliveira, a pesquisa de intervenção é aquela que tem por objetivo trazer benefícios aos moradores e participantes da pesquisa, portanto, não pretendemos pesquisar, extrair tudo que a colônia tem para alimentar nosso trabalho e virar as costas, abandoná-los a própria sorte sem que tenham um retorno do quanto a sua cooperação foi importante para nós e principalmente para eles mesmos - no que diz respeito à construção de identidade do negro e no que isso influencia na sua posição dentro da sociedade, sua auto-estima. Desta maneira, trabalhamos com intervenção segundo as palavras de Oliveira:

‘Intervenção’ significa, na posição com que temos trabalhado, estabelecer *parcerias* com as comunidades falantes das línguas brasileiras, isto é, as línguas faladas pelos cidadãos brasileiros: escutar essas comunidades, suas demandas culturais e lingüísticas, colocando-se a serviço dos seus planos de futuro; qualificar suas demandas a partir de uma relação dialógica, e disponibilizar os meios técnicos a nosso alcance para a consecução dos seus objetivos. ‘*Intervenção*’ significa então: trabalho conjunto com as comunidades lingüísticas que conformam o país (OLIVEIRA, 2005, p. 87).

Sendo assim, o projeto visa uma pesquisa de intervenção, a qual objetiva que o pesquisador veja o seu entrevistado como “uma totalidade dinâmica, biológica, psicológica, social, cultural, cósmica, indissociável” (Barbier, 2004, p. 87). Sendo assim, ainda conforme nos mostra Barbier,

o pesquisador deve combinar a organização, a informação, a energia, a retroação, as fontes, os produtos e os fluxos, *input* e *output* do sistema, sem fechar-se numa clausura para onde o leva geralmente seu espírito teórico (p. 91)

e deve refletir durante o processo de pesquisa, já que “todo avanço em pesquisa-ação implica o efeito recursivo em função de uma reflexão permanente sobre a ação” (p. 117), uma vez que pretendemos intervir positivamente dentro da comunidade. Por isso refletiremos a todo o momento qual esta sendo a nossa contribuição e se ela está acontecendo ou não, e porque isso ocorre.

Os participantes serão escolhidos entre os estudantes da colônia que frequentam as séries finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio e que estudam na Escola Estadual Francisco Pires Machado. O trabalho acontecerá em conjunto com o professor ou a professora de Língua Portuguesa desses alunos e alunas, bem como concomitantemente com as famílias dos estudantes para compreender como ocorre o processo de construção de identidade: se a abordagem do professor ou da professora, e os mais variados materiais didáticos que possam utilizar, influenciam e de que modo interferem na compreensão dos alunos e alunas negros e

[56/59]

A construção de identidades dos alunos oriundos da colônia quilombola sutil (Ponta Grossa/PR) tendo em vista a relevância da diáspora africana no Brasil • NASCIMENTO; Evelise dos Santos do.

negras tanto como não-negros e não-negras. Também para compreender de que maneira ocorre a transmissão dessa visão passada pelo professor ou pela professora aos pais e familiares dos estudantes.

5. Resultados

Como primeiros resultados, podemos afirmar que já há uma mobilização do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, que manifestou a necessidade de capacitar os coordenadores das equipes multidisciplinares das escolas, a fim de que possam orientar os professores de todas as disciplinas a trabalharem conforme a Lei 10.639/2003, objeto de reflexão de nossa pesquisa. Este empenho em capacitar os professores pode ser notado com mais intensidade no ano de 2011, segundo informações retiradas da página eletrônica do governo do Estado do Paraná, na qual afirmam que em 19 de maio de 2011, as “equipes multidisciplinares” se reuniram a fim de estabelecer um projeto de trabalho com a finalidade de “criar e implementar um conjunto de medidas e ações para ampliar o foco dos currículos escolares para a questão da diversidade cultural brasileira”. Ainda no endereço eletrônico, a coordenadora declara que o tema deve ser tratado em todas as disciplinas e que os professores têm o apoio e orientação da equipe multidisciplinar da sua escola para trabalhar o assunto.

6. Algumas Considerações

Abordaremos aqui, algumas considerações que cremos relevantes no nosso trabalho.

Considerando que a construção de identidade é resultado de processos sociais, culturais e históricos a que o indivíduo está sujeito, compreendemos que a escola tem papel fundamental nesse procedimento, no que diz respeito ao processo de construção de identidade do aluno e da aluna moradores da Colônia Quilombola Sutil, uma vez que de acordo com Cardoso (apud MUNANGA, 2005), “a superação do racismo ainda presente em nossa sociedade é um imperativo. É uma necessidade moral e uma tarefa política de primeira grandeza. E a educação é um dos terrenos decisivos para que sejamos vitoriosos nesse esforço” (p. 10).

Entendemos que os professores e professoras não tinham suporte necessário para trabalhar questões sobre o racismo e preconceito em seus cursos de licenciaturas, que formaram os docentes até anos anteriores, mas isso está mudando, conforme acompanhamos,

[57/59]

A construção de identidades dos alunos oriundos da colônia quilombola sutil (Ponta Grossa/PR) tendo em vista a relevância da diáspora africana no Brasil • NASCIMENTO; Evelise dos Santos do.

por exemplo, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que

[...] determina que as instituições de ensino superior incluirão, nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a educação das relações étnicoraciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no citado Parecer CP/CNE 3/2004 (DCNs.).

Portanto, todos os aspectos serão levados em conta: se o professor ou a professora se sentem preparados para lecionar o tema do racismo e preconceito - que segundo Munanga (2005) é um dos mais “graves problemas da sociedade” (p. 17); bem como a recepção dos alunos e alunas diante o exposto pelo docente, e como essa abordagem reflete na construção da identidade dos estudantes.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Trad. Lucie Didio. Brasília: Plano Editora, 2004.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12ª Edição – 2006 – HUCITEC

CALVET, J. L. *As Políticas Linguísticas*. Tradução: Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CARDOSO, F. H. *Prefácio. Superando o racismo na escola*. (org. Kabengele Munanga) 2ª Ed. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

DIRETRIZES Curriculares Estaduais da Educação Básica. Governo do Paraná. 2008. Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. No limiar de uma nova era. Vol. 2. São Paulo: Globo, 2008.

FREITAS, M. T. de A. *Nos textos de Bakhtin e Vigotski: Um encontro possível*. In. Bakhtin, dialogismo e construção de sentido. (org. Beth Brait) 2ª Ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005. Pág. 295-314.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. (org. Kabengele Munanga) 2ª Ed. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

MUNIZ, K. *Sobre política lingüística ou política na Linguística: identificação estratégica e negritude*. Linguagem e exclusão. (org. Alice Cunha de Freitas) EDUFU. Linguística in Focus 7. 2010.

Núcleo de Educação de Ponta Grossa. Endereço eletrônico acessado em 20/08/2012 as 15h00min, disponível em <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2370>

OLIVEIRA, G. M. As Línguas Brasileiras e os Direitos Linguísticos. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. (org. Gilvan Müller de Oliveira). Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação da Leitura do Brasil (ALB): Florianópolis: IPOL, 2003.

_____. Prefácio. *As Políticas Linguísticas*. Tradução: Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

_____. *Política Lingüística na e para além da Educação Formal*. Estudos Lingüísticos XXXIV, p. 87-94, 2005. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística (IPOL). *Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm acesso em 30/08/2011 às 23 horas e 35 minutos.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (Org.) *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SENADO FEDERAL. *Estatuto da Igualdade Racial*. Brasília, 2003.

SILVA, A. C. *A desconstrução da discriminação no livro didático. Superando o racismo na escola*. (org. Kabengele Munanga) 2ª Ed. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.